

FRAUDE FINANCEIRA

PF prende ex-presidente da Rioprevidência

O ex-presidente da Rioprevidência Deivis Marcon Antunes foi preso ontem, por agentes da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Ele desembarcou no Aeroporto de Guarulhos, na Grande São Paulo, de uma viagem aos Estados Unidos, e pretendia seguir de carro

viagem ao Rio. As apurações têm como um dos focos os investimentos realizados no Banco Master. O voo de Deivis previa conexão em Guarulhos com destino ao Aeroporto do Galeão, no Rio. Ele, porém, não compareceu ao embarque. Em vez disso, alugou um carro e seguiu pela Rodovia

Dutra. Em uma operação coordenada pela Polícia Federal e pela Polícia Rodoviária Federal, acabou preso em Itaitiaia, já no Estado do Rio de Janeiro, a cerca de 260 quilômetros de São Paulo. Deivis deixou Guarulhos de carro por volta das 7h e foi preso às 9h pelos federais. **PÁGINA 5**

FENABRAVE

Vendas de veículos novos caem 0,38% em janeiro

As vendas de veículos novos no Brasil caíram 0,38% em janeiro, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Segundo balanço divulgado ontem pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), que representa as concessionárias, em janeiro foram comercializadas 170,5 mil unidades de veículos, entre automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus. Em relação a dezembro, a queda foi de 38,96%. Considerando-se o emplacamento de todos os segmentos somados (automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus, motocicletas, implementos rodoviários e outros veículos), o mercado de veículos começou o ano em trajetória positiva, com crescimento de 7,42% na comparação com o mesmo mês do ano passado, mesmo contando com um dia útil a menos. No total foram emplacados 366.713 veículos. Na comparação com dezembro de 2025 houve retração de 25,54%. **PÁGINA 2**

2025

Juros e mais fatores frearam crescimento da indústria

PÁGINA 3

ORÇAMENTO

Câmara cria cargos que vão gerar impacto de R\$ 5,3 bi

PÁGINA 7

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Chefes de Poderes assinarão pacto contra o feminicídio

FÁBIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



Com o país convivendo com números intoleráveis de violência contra as mulheres, os Três Poderes da República se reúnem hoje para firmar um pacto nacional de enfrentamento ao feminicídio. A solenidade será realizada no Palácio do Planalto, em Brasília, a partir das 10h, com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva; do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin; e dos

presidentes do Senado, Davi Alcolumbre; e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, além da ministra das Mulheres, Márcia Lopes. De acordo com o governo federal, o pacto vai estabelecer um compromisso integrado entre Executivo, Legislativo e Judiciário para enfrentar a violência letal contra mulheres, com ações de prevenção, proteção, responsabilização de agressores e garantia de direitos. **PÁGINA 6**

TRAMA GOLPISTA

JOÉDSON ALVES/ABRASIL



STM recebe pedido de perda de patente de Bolsonaro e de 4 oficiais

O Superior Tribunal Militar (STM) recebeu ontem pedido do Ministério Público Militar (MPM) para que o ex-presidente Jair Bolsonaro, três generais do Exército e um almirante da Marinha sejam expulsos das Forças Armadas em função da condenação na ação penal da trama golpista. O MPM entrou com ações de perda do oficialato contra Bolsonaro, que é capitão da reserva do Exército, os generais da reserva Augusto Heleno, Paulo Sergio Nogueira, Braga Netto e o almirante Almir Garnier. Todos foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal na ação penal do núcleo crucial da trama golpista. Em coletiva de imprensa, a presidente do STM, ministra Maria Elisabeth Rocha (**foto**), explicou que o tribunal não tem prazo legal para julgar as ações. **PÁGINA 7**

INDICADORES

IBOVESPA 0,77% / 182.765,80 / 1.401,90 / Volume: 27.954.753.426 / Negócios: 4.072.686										Bolsas no mundo			Salário mínimo		R\$ 1.412,00		IGP-M		0,41% (jan.)		EURO turismo		
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento			%		Ufir-RJ		R\$ 4,5373		IPCA-15		0,20% (jan.)		Compra: 6,2771 Venda: 6,4571	
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.												
GOLL54	11,37	0,00	0,00	MWET4	13,50	+56,61	+4,88	FICT3	0,70	-38,60	-0,44	Dow Jones	49.407,66	+1,05	S&P 500	6.976,44	+0,54	CDI	(28/01)	15%	14,90%	DÓLAR Ptax - BC	
RAIZ4	0,940	-8,74	-0,090	MRSA3B	42,80	+9,74	+3,80	SEQL3	1,310	-22,94	-0,390	NASDAQ Composite	23.592,107	+0,56	NASDAQ 100	25.738,613	+0,73	TR	(03/02)	0,1719%	0,6728%	-0,55%	
PETR4	37,24	-1,38	-0,52	BIOM3	6,74	+9,59	+0,59	JFEN3	1,01	-9,82	-0,11	Nasdaq 100	25.738,613	+0,73	Euronext 100	1.783,36	+0,69	OURO				DÓLAR comercial	
B3SA3	16,35	+1,24	+0,20	TCSA3	1,63	+8,67	+0,13	BMIN4	19,05	-9,07	-1,90	CAC 40	8.181,17	+0,67				BM&F/grama/RJ	R\$ 809,28			Compra: 5,2569 Venda: 5,2575	
CVCB3	2,49	-4,96	-0,13	ODPV3	12,12	+7,83	+0,88	RAIZ4	0,940	-8,74	-0,090							EURO Comercial				DÓLAR turismo	
																		Compra: 6,1962	Venda: 6,1968			Compra: 5,2807 Venda: 5,4607	

MERCADOS



Na contramão de NY, Bolsa renova recorde, aos 185 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Estendendo a recuperação de segunda, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) retomou ontem, a trilha de renovação de recordes históricos, atingindo pela primeira vez a marca de 187 mil pontos na máxima do dia, e encerrando em novo pico para fechamento, aos 185.674,43 pontos, em alta de 1,58% na sessão. Oscilou entre os 182.815,55, na mínima correspondente à abertura, e os 187.333,83 pontos, no melhor momento. O giro financeiro foi a R\$ 36,5 bilhões. Na semana e no mês, o Ibovespa (Índice Bovespa) agrega 2,38%. No ano, sobe 15,24%.

Até o início da tarde, o Ibovespa chegou a manter ganho na casa de 2% no pregão, recuperando a trilha de recorde iniciada ainda em meados de janeiro, e caminhou na contramão de Nova York - onde as perdas da sessão chegaram a 1,43% (Nasdaq) no fechamento -, reforçando a percepção de que a rotação global a partir de redução de exposição a ativos americanos segue em curso. O dólar à vista, por sua vez, cedeu 0,18%, na casa de R\$ 5,25, indicando entrada de fluxo, apesar do ajuste menor em direção ao fechamento.

Ontem, destaque na B3 ainda para Vale ON, principal ação do Ibovespa, em alta de 4,92% no fechamento, em desempenho superior ao de Petrobras (ON +1,24%, PN +0,91%). Entre os grandes bancos, os ganhos se mostraram um pouco mais acomodados à tarde, limitados a 1,54% (Banco do Brasil ON) no encerramento. Perto do fechamento, com a divulgação de que a subsidiária do Santander no Brasil teve lucro de 579 milhões de euros no quarto trimestre de 2025 (abaixo do esperado), a Unit do banco

passou a cair na B3, fechando em baixa de 2,39%. Ao longo de 2025, o lucro da operação brasileira foi de 2,168 bilhões de euros.

No quadro mais amplo, a curva do DI cedeu terreno em dia de ata do Copom que confirmou o comunicado sobre a última decisão de Selic, com sinal de corte de 0,50 ponto do juro básico na próxima reunião do comitê monetário do BC, em março.

Ações do setor de varejo, consumo e construção subiram ontem, como Cyrela (PN +5,64%), Magazine Luiza (+2,95%), Assai (+2,08%), MRV (+1,57%) e Lojas Renner (+3,59%). Na ponta ganhadora do Ibovespa na sessão, Vamos (+7,37%) e RD Saúde (+5,99%), à frente de Cyrela e Vale. No lado oposto, Cogna (-3,56%), Yduqs (-3,38%) e Totvs (-3,26%).

DÓLAR

O dólar encerrou a sessão de ontem, em leve queda no mercado local, alinhado ao comportamento da moeda americana no exterior, que voltou a cair após um repique nos últimos dias com a indicação de Kevin Warsh para a presidência da Federal Reserve por Donald Trump. A alta do petróleo e provável fluxo estrangeiro para a bolsa doméstica contribuíram para a apreciação do real.

Pela manhã, o dólar chegou a flertar com o rompimento do piso de R\$ 5,20, ao registrar mínima de R\$ 5,2065. A divisa reduziu o ritmo de baixa ao longo da tarde e fechou com perda de 0,18%, a R\$ 5,25, após duas sessões seguidas de alta. A moeda americana sobe 0,05% em relação ao real nos dois primeiros pregões de fevereiro, após queda de 4,4% em janeiro - a maior desvalorização mensal desde junho de 2025, quando caiu 4,99%.

IBRAM

Faturamento do setor mineral em 2025 é de R\$ 298,8 bilhões

JULIANA GARÇON/AE

O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) informou ontem, que o faturamento do setor mineral em 2025 atingiu R\$ 298,8 bilhões, crescimento de 10,3% em relação a 2024. O faturamento do minério de ferro caiu 2,2%, a R\$ 157,2 bilhões, equivalente a 52,6% do resultado do setor.

O faturamento do ouro aumentou 64,8%, a R\$ 39,3 bilhões. O cobre também teve forte ganho, de 50,1%, a R\$ 30,4 bilhões.

O Ibram lembra que em 2025 o ouro atingiu patamares de preços superiores a US\$ 4.000 por onça, levando a uma média anual 43,9% maior que em 2024. A commodity fechou o ano em US\$ 4.289,48 por onça, 62,2% maior que o fechamento em 31 de dezembro de 2024.

O cobre segue em alta também: atingiu patamares superiores a US\$ 12 mil por tonelada, levando a uma média

anual 8,7% superior a 2024. O preço da commodity em 5 de janeiro de 2026 fechou em US\$ 12.504, cifra 46% maior que o preço fechado em 31 de dezembro de 2024.

Já o minério de ferro seguiu na contramão, com recuo de 6,6% no preço médio anual em relação a 2024, fechando dezembro de 2025 a US\$ 107,19 por tonelada.

Os Estados de Minas Gerais, Pará e Bahia lideraram o faturamento do setor mineral em 2025, com participações de 39,9%, 34,5% e 4,5%, respectivamente.

IMPOSTOS

O Ibram informou que o setor mineral respondeu por R\$ 103 bilhões em arrecadação de impostos em 2025, um crescimento de 10% ante 2024.

Em relação à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), a arrecadação somou R\$ 7,9 bilhões em 2025.

FENABRAVE

Vendas de veículos novos caem 0,38% em janeiro

ELAINE PATRÍCIA CRUZ/ABRASIL

As vendas de veículos novos no Brasil caíram 0,38% em janeiro, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Segundo balanço divulgado ontem pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), que representa as concessionárias, em janeiro foram comercializadas 170,5 mil unidades de veículos, entre automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus. Em relação a dezembro, a queda foi de 38,96%.

Considerando-se o emplacamento de todos os segmentos somados (automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus, motocicletas, implementos rodoviários e outros veículos), o mercado de veículos começou o ano em trajetória positiva, com crescimento de 7,42% na comparação com o mesmo mês do ano passado, mesmo contando com um dia útil a menos. No total foram emplacados 366.713 veículos.

OPEN FINANCE

Portabilidade de crédito já pode ser feita de forma digital

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A partir desta semana, os correntistas podem pedir a portabilidade de crédito via open finance, com a transferência de empréstimos entre instituições financeiras de forma totalmente digital, diretamente pelos aplicativos dos bancos. Lançada dias após o open finance completar cinco anos, a novidade marca um novo passo na ampliação da concorrência no mercado de crédito.

Fora do ambiente do open finance, a portabilidade de crédito costuma levar de 20 a 25 dias. Com a nova funcionalidade, o consumidor ganha mais agilidade, transparência e poder de escolha na hora de renegociar seus empréstimos.

Nesta fase inicial, o serviço está disponível apenas para operações

de crédito pessoal sem consignação, conhecido como crédito “clean”. A expectativa é que, gradualmente, outras modalidades sejam incorporadas ao sistema, ampliando o alcance da funcionalidade.

Em entrevista coletiva concedida ontem, a presidente-executiva da Associação Open Finance Brasil, Ana Carla Abrão, classificou o lançamento como um marco para o ecossistema financeiro. Segundo ela, o objetivo é tornar o mercado mais transparente, comparável e acessível para o consumidor.

“A ideia é chegar ao crédito imobiliário, ou seja, abarcar o mercado de uma maneira muito ampla do ponto de vista de portabilidade”, explicou Abrão. De acordo com o cronograma atual, a portabilidade do consignado do INSS deve entrar em operação a partir de novembro de 2026.

MOTOCICLETAS

O melhor desempenho entre os veículos continua sendo observado no segmento de motocicletas, que apresentou crescimento de 17,49% em janeiro na

comparação a janeiro do ano passado e queda de 7,57% em relação a dezembro. O crescimento na comparação anual, informou a Fenabrave, se deve principalmente ao fato de que as motocicletas estão sendo procuradas para serviços de entrega e também como alternativa de mobilidade individual.

Outro fator que contribui para o aumento de vendas das motocicletas é a ampliação do uso do consórcio como modalidade de aquisição. “O segmento de motocicletas mantém trajetória consistente de expansão. Trata-se de um movimento ligado a mudanças no perfil de mobilidade e no comportamento do consumidor”, disse Arcelio Junior.

CAMINHÕES

Já o mercado de caminhões iniciou o ano em retração de 34,67% (em relação a janeiro), ainda sem refletir o impacto do Programa Move Brasil, que oferece crédito para a compra de caminhões. Segundo a Fenabrave,

o resultado desse programa só deverá começar a ser observado nos próximos meses.

“O desempenho do segmento está diretamente ligado ao nível de atividade econômica, ao comportamento do agronegócio e ao custo do crédito para aquisição de veículos pesados e, com o Move Brasil, esperamos uma retomada nos emplacamentos, principalmente, entre os caminhões pesados, que representam 45% do mercado”, disse Arcelio Junior.

ESTABILIDADE

Em relação aos automóveis e veículos leves o desempenho foi considerado estável, com aumento de 1,64% em relação a janeiro de 2025 e queda de 39,17% em relação a dezembro.

“Os veículos leves iniciam 2026 mantendo o nível de atividade. O mercado segue sensível às condições de financiamento, mas demonstra capacidade de sustentação do volume”, disse o presidente da entidade.

ferramenta tem espaço para reduzir juros, especialmente no crédito sem garantia (sem ativos usados para cobrir eventuais inadimplências).

Atualmente, o crédito sem garantia apresenta grande variação de taxas, com juros de 4% até 20% ao mês. Com ofertas padronizadas, a presidente da Associação Open Finance Brasil diz que o cliente consegue visualizar com clareza a economia nas parcelas e no custo total do contrato.

REDUÇÃO DE JUROS

A troca de dados proporcionada pelo open finance pretende aumentar a concorrência, melhorar ofertas e dar mais controle ao consumidor sobre sua vida financeira.

Segundo a Ana Carla Abrão, a

do INSS deve entrar em operação a partir de novembro de 2026.

Lançado em 1º de fevereiro de 2021, o open finance é o sistema que permite o compartilhamento padronizado e seguro de dados financeiros entre instituições, sempre com o consentimento do cliente. Criado pelo Banco Central (BC), o modelo ampliou o antigo open banking ao incluir não apenas dados bancários, mas também informações de crédito, investimentos, seguros e previdência.

O open finance já soma cerca de 100 milhões de consentimentos únicos ativos, o equivalente a cerca de 30 milhões de pessoas com ao menos uma conta conectada. Para a associação, a portabilidade tende a impulsionar ainda mais o uso do sistema e estimular a competição entre as instituições financeiras.

ANP

Produção de petróleo e gás no país cresce 13,3% em 2025 e bate recorde

BRUNO DE FREITAS MOURA/AE

A produção de petróleo e gás no país alcançou a marca 4,897 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d) em 2025. O resultado é 13,3% superior ao do ano anterior e representa o maior volume já registrado no Brasil. O recorde anterior era 4,344 milhões boe/d, em 2023.

Os dados são da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), órgão regulador do setor, vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

Boe é uma unidade de medida que padroniza o volume de gás natural e petróleo, convertendo o gás para o valor energético equivalente a um barril de petróleo

bruto. Dessa forma, é possível somar a produção.

O desempenho recorde de 2025 confirma a indústria extrativa como um dos motores da indústria nacional. A produção da indústria brasileira cresceu 0,6% no ano passado, sendo que a indústria extrativa avançou 4,9%, conforme divulgou nesta terça-feira (3) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

GÁS E PETRÓLEO

A produção específica de petróleo alcançou recorde de 3,770 milhões de barris/dia no ano passado, 12,3% acima do ano anterior.

A produção de gás natural atingiu 179 milhões de metros cúbicos

por dia (m³/d), também a maior já registrada, com alta de 17% na comparação com 2024.

NOVAS PLATAFORMAS

A entrada em operação de plataformas de petróleo ajuda a explicar o salto de produção em 2025 na comparação com 2024. Foram quatro novas FPSO — sigla em inglês para unidade flutuante de produção, armazenagem e transferência de petróleo e gás — todas no pré-sal da Bacia de Santos.

PRÉ-SAL

Ao detalhar a origem da produção de petróleo e gás, a ANP identifica protagonismo dos campos de pré-sal — reservatórios perfura-

dos a uma profundidade de 5 mil a 7 mil metros.

O pré-sal representa 79,63% da produção em óleo equivalente. O pós-sal responde por 15,45%; e os campos em terra, por 4,92%.

Os cinco campos marítimos com maior produção de petróleo e gás são:

- Tupi: 21,36% da produção marítima
- Búzios: 20,47%
- Mero: 14,44%
- Itapu: 4,19%
- Jubarte: 4,14%

Por bacia, Santos é campeão de produção, com 77,79% de tudo o que é extraído do fundo do mar. Em seguida figura a bacia de Campos, com 19,67%. Ambos ficam no litoral do Sudeste.



CNI

Juros e mais fatores afetam crescimento da indústria

FLÁVIA SAID/AE

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) avalia que a perda de ritmo da atividade industrial em 2025 teve como principais responsáveis os juros altos, a demanda interna insuficiente e o aumento das importações. De acordo com levantamento divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ontem, a produção industrial cresceu apenas 0,6% no ano passado - uma forte desaceleração frente à alta de 3,1% em 2024.

O resultado só não foi pior por causa do desempenho da indústria extrativa - segmento que compreende atividades como mineração e extração de petróleo e gás natural -, cuja produção cresceu

4,9% em 2025. A alta ajudou a compensar a queda de 0,2% da indústria de transformação, segmento responsável por transformar matérias-primas em produtos, e que abrange a fabricação de alimentos, vestuário, veículos, eletrônicos, entre outros. A indústria de transformação vinha de crescimento de 3,7% em 2024.

JUROS

Segundo a CNI, a desaceleração industrial se deu a partir do segundo semestre de 2024, período em que o Banco Central (BC) iniciou o ciclo de aumento da taxa Selic. Depois de crescer 2,3% no primeiro semestre daquele ano, a indústria de transformação subiu 1,8% no semestre seguinte. A continuidade do aperto nos juros, que chegou a 15% na metade do

ano passado, resultou em queda de 0,4% na produção do segmento no primeiro semestre de 2025 e em recuo de 0,8% no segundo semestre do mesmo ano.

"O patamar punitivo da taxa Selic encareceu o crédito ao setor produtivo, que segurou investimentos, e reduziu o apetite dos consumidores por produtos industriais. O prejuízo causado pelos juros altos é enorme: em 2024, com a Selic menor, a demanda doméstica por bens da indústria de transformação cresceu quatro vezes mais do que a demanda registrada até novembro de 2025", pontuou o diretor de Economia da CNI, Mário Sérgio Telles.

Além dos juros, a entidade disse que a indústria teve que lidar com o aumento das importações.

As compras de bens de consumo, bens de capital e bens intermediários saltaram 15,6%, 7,8% e 5,6%, respectivamente, em 2025, o que teria capturado parcela relevante do mercado interno.

A CNI ainda sustentou que o cenário adverso impactou o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) neste começo de 2026, que teve o pior janeiro em 10 anos. Com isso, o indicador completou 13 meses abaixo da linha de 50 pontos, caracterizando quadro persistente de falta de confiança.

"A falta de confiança faz com que os empresários deixem de investir, produzir e contratar, prejudicando o crescimento da indústria em 2026 e, consequentemente, da economia brasileira", completou a CNI.

Indústria opera 16,3% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011

DANIELA AMORIM/AE

Em dezembro, a indústria brasileira operava 16,3% aquém do pico alcançado em maio de 2011. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na categoria de bens de capital, a produção está 35,2% abaixo do pico registrado em setembro de 2013. Os bens intermediários estão 14,1% aquém do

auge de maio de 2011.

Os bens de consumo duráveis estão 35,9% abaixo do ápice de junho de 2013, e os bens semiduráveis e não duráveis operam em nível 13,2% inferior ao pico de junho de 2013.

NÍVEL PRÉ-PANDEMIA

A indústria brasileira chegou a dezembro operando 0,6% acima do patamar de fevereiro de 2020: 10 das 25 atividades investigadas estão operando em nível

superior ao pré-crise sanitária.

Em dezembro, os níveis mais elevados em relação ao patamar de fevereiro de 2020 foram os registrados pelas atividades de produtos do fumo (25,0%), outros equipamentos de transporte (22,1%), indústrias extrativas (13,0%) e máquinas e equipamentos (10,3%).

No extremo oposto, os segmentos mais distantes do patamar pré-pandemia são móveis (-25,4%), vestuário e acessórios

(-22,8%), produtos diversos (-18,0%) e couro e calçados (-14,8%).

Entre as categorias de uso, a produção de bens de capital está 2,4% acima do nível de fevereiro de 2020. A fabricação de bens intermediários está 3,9% acima do pré-covid. Os bens duráveis estão 16,1% abaixo do pré-pandemia, e os bens semiduráveis e não duráveis estão 4,4% aquém do patamar de fevereiro de 2020.

FRAUDE FINANCEIRA

Justiça protege Grupo Fictor contra credores por 30 dias

MARIANA RIBAS/AE

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) antecipou os efeitos da recuperação judicial do Grupo Fictor, que entrou com pedido de proteção à Justiça no domingo passado, com dívidas de R\$ 4 bilhões. A tutela de urgência concedida suspende por 30 dias execuções, cobranças e bloqueios da Justiça contra o grupo, que ganhou os holofotes após tentar comprar o Banco Master um dia antes dele ser liquidado pelo Banco Central.

O juiz Adler Batista Oliveira Nobre, da 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, também

suspendeu o curso da prescrição das obrigações das devedoras.

"A suspensão deve impedir novas constrições que asfixiem o fluxo de caixa operacional, mas não tem o condão de desconstituir atos expropriatórios já aperfeiçoados ou liberar valores já bloqueados (apenas impede-se o levantamento), sob pena de risco de dissipação de ativos antes da verificação da real situação da empresa", diz o juiz.

Na semana passada, a desembargadora Maria Lúcia Pizzotti, do TJ-SP, havia determinado o bloqueio cautelar de R\$ 150 milhões da Fictor.

A Fictor Invest e Fictor Holding

entraram com o pedido de recuperação, solicitando também a tutela de urgência para evitar cobranças e bloqueios.

A medida se dá em um contexto de ações judiciais movidas por investidores pedindo o bloqueio de valores, em um movimento que o grupo chama no pedido de recuperação de "pânico generalizado nos sócios participantes".

Segundo o grupo, no pedido de recuperação, foram identificados diversos processos individuais pedindo bloqueio de valores, que juntos superam R\$ 800 mil. Diante disso, argumentam que esse movimento deve se fortalecer ainda mais quando o pedido de recuperação judicial for distribuído, que se forem concedidos, comprometerão a liquidez operacional da empresa e inviabilizarão o cumprimento de obrigações.

Ermiro Ferreira Neto, doutor em Direito Civil pela USP, explica que após ser deferido de forma permanente o pedido de recuperação judicial, será apresentado um plano de recuperação. "Até lá, os processos movidos pelos investidores ficarão suspensos. O plano deverá ser votado em assembleia, quando então quem tem valores a receber nas SCPs poderá aprovar ou não o plano; caso não o seja, o grupo terá a falência decretada", diz.

Senado aprova MP do Gás do Povo com impacto de R\$ 5 bi em 2026; vai à sanção

RENAN MONTEIRO
E NAOMI MATSUI

O Senado Federal aprovou ontem, o programa "Gás do Povo", com a previsão de alcançar 17 milhões de famílias em todo o País, quando a modalidade estiver em pleno funcionamento com a adesão dos agentes privados. O Congresso ampliou significativamente o texto originalmente encaminhado pelo governo, embora tenha mantido a espinha dorsal da proposta de gratuidade na recarga do botijão de 13 kg de gás de cozinha (GLP). O projeto vai à sanção.

O programa está em vigor desde o fim de 2025, via Medida Provisória (MP), e aguardava o aval do Congresso. No mês passado, o Ministério de Minas e Energia

(MME) anunciou o lançamento da segunda fase e afirmou que todas as capitais brasileiras já estavam contempladas. Até o momento, o programa atingiu 10 mil revendas credenciadas em todo o Brasil, num total de 60 mil agentes nesse setor.

A revenda, em geral, compra botijões da distribuidora e os revende para famílias e pequenos comércios, entre outros. Os revendedores que desejam participar do programa estão realizando voluntariamente o credenciamento junto à Caixa. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026 fixou o orçamento de R\$ 5,1 bilhões para o novo vale-gás em 2026.

O Gás do Povo amplia em três vezes o número de famílias aten-

didas em relação à versão anterior. A previsão do ano passado era alcançar 15,5 milhões de famílias em todo o País até março de 2026 e, posteriormente, 17 milhões. Nas capitais onde o programa foi iniciado, quase todas as famílias aptas a receber o benefício contam, em média, com uma revenda de GLP credenciada a até 2 km de sua residência.

As famílias beneficiadas pelo programa precisam estar inscritas e com dados cadastrais atualizados no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Serão contemplados aqueles com renda per capita mensal igual ou inferior a meio salário-mínimo nacional.

Essa modalidade de gratuidade do programa é custeada conforme a disponibilidade orçamen-

tária e financeira da União. Também é prevista a possibilidade de recursos de entes federativos que firmarem termo de adesão. Pelo texto aprovado, o Estado ou o Distrito Federal deverá destinar montante não inferior ao percentual de sua arrecadação estimada com a tributação incidente sobre o GLP previsto no termo de adesão.

Esse acordo com os entes federativos, uma segunda possibilidade para custear o programa, foi avaliado positivamente por técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) na versão do texto enviada pelo governo, conforme mostrou a Broadcast. Isso porque ficará garantida a rastreabilidade dos gastos. Antes, havia alertas sobre possível custeio fora do Orçamento.

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 1ª DIVISÃO DE EXÉRCITO

MINISTÉRIO DA
DEFESA

AVISO DE ADIAMENTO

O Comando da 1ª Divisão de Exército (Cmdo 1ª DE), UASG 160297, torna público o adiamento da licitação na modalidade Pregão eletrônico, SRP, nº 9.0005/2025, do tipo menor preço por Grupo, empreitada por preço unitário, sob o Nº do Processo: 64277.008701/2025-96, cujo o objeto é a eventual contratação de empresa especializada em confecção, fornecimento e instalação de material de identificação e comunicação visual. O edital e anexos encontram-se disponível no Endereço: Av. Duque de Caxias, 1965, Vila Militar - Rio de Janeiro/RJ, no PNCP ou no sítio <https://www.gov.br/compras/>, sendo a data da abertura das Propostas dia 06/02/2026. às 08:30h, no site www.gov.br/compras.

EÓLICA MANGUE SECO 4
- GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 11.643.647/0001-58 - NIRE 33.3.0034051-3
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2025

1. **DATA, HORA E LOCAL:** no dia 15 de dezembro de 2025, às 16:00h, na sede da Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. 2. **MESA:** Presidente - Sra. Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca, Secretário - Sr. Bruno Miguel Sieiro Ferreira. 3. **PRESENÇA:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro Registro de Presença de Acionistas. 4. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação dos editais de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, na forma do §4º do art. 124, da Lei 6.404/76. 5. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a aprovação da distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) referente a dividendos intercalares, a serem pagos até o dia 31/12/2025. 6. **DELIBERAÇÕES:** Após discutir e analisar os temas constantes na ordem do dia e o balanço patrimonial da Companhia, o acionista, representando a totalidade do capital social da Companhia e sem quaisquer restrições, aprovou a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), a serem pagos até o dia 31/12/2025. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar e adotar todos os atos providências e medidas necessárias à formalização das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários pertinentes. 7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. 8. **ASSINATURAS:** Mesa: Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca (Presidente) e Bruno Miguel Sieiro Ferreira (Secretário). Acionista: V2I Energia S.A., neste ato representada por seus representantes legais. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. **Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca - Presidente da Mesa, Bruno Miguel Sieiro Ferreira - Secretário.** JUCERJA: Certifico o arquivamento em 02/02/2026 sob o nº 00007565154, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

GÁS NATURAL AÇU S.A.
CNPJ/MF: 11.472.927/0001-40 - NIRE: 33.3.0032528-0
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de agosto de 2025. 1. **Data, Hora e Local:** Realizada no dia 20 de agosto de 2025, às 7h00min, na sede social da GÁS NATURAL AÇU S.A. ("Companhia"), na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Voluntários da Pátria, nº 113, 11º andar, Botafogo, CEP 22.270-000. 2. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Sr. Mauro Lourenço de Andrade; e **Secretária:** Sra. Nathaly Gonçalves Sales Abreu. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 10.146.211,98 (dez milhões, cento e quarenta e seis mil, duzentos e onze reais e noventa e oito centavos), mediante a emissão e subscrição privada de 2.874.062 (dois milhões, oitocentas e setenta e quatro mil e sessenta e duas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão arredondado de R\$ 3,530269 por ação, fixado com base na perspectiva de rentabilidade da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso I, da Lei das S.A., sendo parte do preço de emissão equivalente a R\$ 1,765135 destinada à conta de reserva de capital social; (ii) a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o novo valor do capital social e o número de ações em que ele será dividido; (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração mencionada no item "(ii)" acima; e (iv) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nesta assembleia. 5. **Deliberações:** Instalada a assembleia e colocados os documentos à disposição das acionistas e demais presentes, após a discussão das matérias da ordem do dia, as acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: 5.1. **Aprovar** a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A. 5.2. **Aprovar**, uma vez que o capital social da Companhia encontra-se totalmente subscrito e integralizado, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 10.146.211,98 (dez milhões, cento e quarenta e seis mil, duzentos e onze reais e noventa e oito centavos), mediante a emissão e subscrição privada de 2.874.062 (dois milhões, oitocentas e setenta e quatro mil e sessenta e duas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão arredondado de R\$ 3,530269 por ação, sendo parte do preço de emissão equivalente a R\$ 1,765135 destinada à conta de reserva de capital social. Do valor total do aumento de capital, o montante de R\$ 5.073.105,99 (cinco milhões, setenta e três mil, cento e cinco reais e noventa e nove centavos), equivalente a R\$ 1,765134 por ação ora emitida, será destinado ao capital social da Companhia e o montante de R\$ 5.073.105,99 (cinco milhões, setenta e três mil, cento e cinco reais e noventa e nove centavos), equivalente a R\$ 1,765135 por ação, será destinado à conta de reserva de capital, na forma prevista no artigo 182, parágrafo 1º, alínea "a", da Lei das S.A. 5.2.1. As ações ora emitidas são, nesta data, subscritas integralmente pelas acionistas Prumo Logística S.A. e BP Global Investments Limited, na proporção da participação de cada uma delas no capital social, e serão integralizadas na forma prevista nos boletins de subscrição constantes do **ANEXO I** e do **ANEXO II** à presente ata. 5.2.2. As ações ora emitidas terão as mesmas características e gozarão dos mesmos direitos atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação. 5.2.3. Em virtude do aumento ora aprovado, o capital social da Companhia passará de R\$ 636.749.368,65 (seiscentos e trinta e seis milhões, setecentos e quarenta e nove mil, trezentos e sessenta e oito reais e sessenta e cinco centavos), dividido em 302.686.989 (trezentos e dois milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, novecentos e oitenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, **para** R\$ 641.822.474,64 (seiscentos e quarenta e um milhões, oitocentos e vinte e dois mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), dividido em 305.561.051 (trezentos e cinco milhões, quinhentas e sessenta e uma mil e cinquenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 5.3. **Aprovar** a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia em decorrência da deliberação presente no **item 5.2** acima, que passa a vigorar, a partir da presente data, com a seguinte redação: "**Artigo 5. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 641.822.474,64 (seiscentos e quarenta e um milhões, oitocentos e vinte e dois mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), dividido em 305.561.051 (trezentos e cinco milhões, quinhentas e sessenta e uma mil e cinquenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Ações"). O montante adicional de R\$ 389.248.175,48 (trezentos e oitenta e nove milhões, duzentos e quarenta e oito mil, cento e setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) integra a conta de reserva de capital, na forma do Artigo 182, § 1º, alínea "a" da Lei das Sociedades por Ações**". 5.4. **Aprovar** a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar, a partir da presente data, na forma prevista no **ANEXO III**. 5.5. **Autorizar** os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nesta assembleia. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Assembleia foi suspensa pelo tempo necessário a lavratura desta ata, que após lida e aprovada pelas acionistas, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Presidente: Sr. Mauro Lourenço de Andrade; e Secretária: Sra. Nathaly Gonçalves Sales Abreu. **Acionistas Presentes: Prumo Logística S.A. e BP Global Investments Limited.** Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2025. **Certifico que o presente documento é cópia fiel da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de agosto de 2025, lavrada no respectivo livro e devidamente assinada pelos Acionistas da Companhia.** Nathaly Gonçalves Sales Abreu - Secretária. JUCERJA nº 00007181937 em 04/09/2025.

Diário do
Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278
(11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

ENEL

Apagão atinge vários bairros da região central da capital paulista

MALU MÔES/AE

Diferentes bairros da região central de São Paulo registraram falta de energia na tarde de ontem. Há relatos de ruas no escuro em Higienópolis, Cerqueira César, Bela Vista, Consolação, Vila Buarque e República.

A concessionária de energia Enel afirmou que houve uma falha na rede que abastece as avenidas Nove de Julho e Higienópolis, afetando também o entorno. "Técnicos estão trabalhando para identificar a causa da interrupção."

A distribuidora também informou ter disponibilizado geradores para manter o fornecimento enquanto realiza os reparos. "As equipes continuarão atuando até que o serviço esteja totalmente restabelecido."

Segundo levantamento da empresa, cerca de 37 mil imóveis estavam sem luz às 14h30 desta terça-feira.

O Sesc Consolação, a sede do Senac São Paulo e o Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo (TJM-SP), todos na Rua Dr Vila Nova, na Vila Buarque, foram afetados.

O Sesc informou que a energia foi restabelecida por

volta das 14h. O TJM disse que a falta de luz durou cerca de uma hora. "Até o momento, não houve esclarecimento por parte da concessionária acerca do motivo que ocasionou a falha."

Moradora da Rua Bela Cintra, na Consolação, a analista de recursos humanos Aline Azevedo, de 32 anos, conta que a eletricidade acabou em seu apartamento, no oitavo andar, por volta de meio-dia. "Temos que usar escadas. Tenho duas vizinhas idosas no nosso andar, uma na faixa dos 90 anos, e fico pensando em como elas vão fazer se precisarem sair", reflete. Ela entrou em contato com a Enel, mas não há perspectiva de retorno do fornecimento, por ora.

Nas redes sociais, moradores reclamam da falta de luz. "Rua Fortunato (Vila Buarque) ficou sem luz desde a meia-noite", comentou a mentora em comunicação Ana Paula Feitosa. "Rua Maranhão (Higienópolis) sem luz.

No prédio, ligaram para a Enel. Previsão de retorno à meia-noite", relatou a artista Alessandra Vetorazzi. "Rua Amaral Gurgel (Vila Buarque) sem luz", escreveu a tatuadora Mirella Brizzi.

ITATIBA

Acidente com ônibus escolar deixa estudantes feridos no interior

LEONARDO SIQUEIRA/AE

Um ônibus escolar bateu em um poste na Estrada Vicinal Adolpho Pecorari, Jardim das Nações, em Itatiba, interior de São Paulo na manhã de ontem. A monitora e ao menos cinco crianças tiveram ferimentos leves, três delas foram socorridas à Santa Casa de Itatiba e as outras à Santa Casa de Valinhos, conforme informou a Polícia Mi-

litar de São Paulo. Aproximadamente 35 alunos estavam no veículo.

O motorista do ônibus, que não teve ferimentos, contou para a polícia que após frear sobre uma faixa amarela coberta por folhas, o veículo acabou escorregando, o que provocou a colisão. A área foi devidamente isolada e a perícia técnica foi acionada. A ocorrência foi apresentada ao DP de Itatiba.

FEVEREIRO

Carretas de Mamografia contemplam mulheres de 10 municípios

As Carretas de Mamografia, iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES), irão atender mulheres dos municípios de Biritiba Mirim, Taquaritinga, São Vicente, Neves Paulista, Monteiro Lobato, Juquitiba, Ibaté, Mogi das Cruzes, Bady Bassitt e São Bento do Sapucaí ao longo do mês de fevereiro.

Seguindo as novas normas de rastreamento, o programa Mulheres de Peito passa a atender mulheres de 50 a 74 anos apenas com a apresentação do RG e do cartão SUS. Já as pacientes entre 35 e 49 anos e acima de 74 anos devem apresentar pedido médico. Antes da atualização, o atendimento sem solicitação médica era realizado até os 69 anos, enquanto mulheres a partir dos 70 anos precisavam de pedido médico.

O serviço funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, com a distribuição de até 50 senhas por dia. Aos sábados, o atendimento ocorre das 8h às 12h, com até 25 senhas, exceto feriados. A entrega das

senhas é feita por demanda espontânea e por ordem de chegada.

Em caso de alteração no exame, as pacientes são encaminhadas a um serviço de referência do SUS para a realização de exames complementares ou tratamento.

As Carretas de Mamografia registraram um aumento de 76% nos exames de prevenção e diagnóstico do câncer de mama no Estado de São Paulo, em 2025. Foram realizados 60.831 exames, frente a 34.605 em 2024.

O itinerário completo das carretas pode ser consultado no site e no aplicativo do Poupatempo, disponíveis para Android e iOS.

MULHERES DE PEITO

Além das carretas, mulheres paulistas de 50 a 74 anos também podem agendar gratuitamente a mamografia pelo SUS, sem necessidade de pedido médico, por meio do telefone 0800 779 0000. O agendamento é realizado pelo Sistema Informatizado de Regulação do Estado de São Paulo.

VIOLÊNCIA

ADRIANA VICTORINO, CAIO POSSATI, GEOVANNA HORA E ÍTALO LO RE/AE

Ao menos cinco suspeitos foram baleados durante uma operação do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) na zona sul de São

Paulo, que se estendeu até a zona oeste, ontem. Uma pessoa morreu.

Segundo informações da Polícia Civil, equipes do Deic investigavam um roubo a residência no Morumbi, próximo à Rua Doutor Seráfico de Assis. Três pessoas foram baleadas no local. Um quarto suspeito

foi baleado no cruzamento da Avenida Faria Lima com a Avenida Cidade Jardim. A via foi interditada.

O delegado-geral da Polícia Civil, Artur Dian, afirmou que os suspeitos "iam cometer um delito. Os policiais foram para a região, conseguiram mapear, localizar os veículos, tanto de fuga

quanto outro veículo que está com os indivíduos. E houve a troca de tiro. Infelizmente não é o que a gente deseja. O mais importante: a vítima libertada, ileso, muito abalada. (...) Os indivíduos atentaram contra os policiais, um indivíduo baleado aqui preso e outro indivíduo neutralizado".

NOVO PRESIDENTE

TJSP não vai mudar política de salários e verbas indenizatórias

VANESSA ARAUJO/AE

O novo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), Francisco Eduardo Loureiro (**foto**), afirmou ontem, que não pretende mexer na política de remuneração dos magistrados da Corte, incluindo as verbas indenizatórias que elevam os salários acima do teto constitucional.

"Os pagamentos, as indenizações estão mantidas, assim como os subsídios. Não haverá mudança na política salarial", disse Loureiro após evento promovido pelo Instituto dos Advogados de São Paulo.

Questionado sobre os chamados "penduricalhos", o presidente do tribunal rejeitou o termo. "Eu não uso o termo penduricalho. Nós temos os subsídios. O subsídio é aquilo que recebemos dentro do teto do Supremo. E nós temos, como qualquer trabalhador tem, verbas a receber relativas a períodos pretéritos, e essas verbas relativas a períodos pretéritos são pagas parceladamente", afirmou.

Pela regra constitucional, o teto do funcionalismo público é definido pelo subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), hoje fixado em R\$ 46.366,19 brutos, cerca de R\$ 35



PAULO SANTANA/TJSP

mil líquidos. Na prática, porém, os números do Tribunal de Justiça de São Paulo estão muito acima desse limite.

Levantamento do Estadão mostra que, em 2025, a remuneração líquida média dos desembargadores do TJ-SP chegou a R\$ 148.971,88 por mês. Em dezembro, 99,85%

dos magistrados receberam valores acima do teto constitucional. No total, a folha salarial do tribunal somou R\$ 546,3 milhões em valores brutos.

Loureiro afirmou ainda que todos os pagamentos têm respaldo legal. "Todas, sem exceção nenhuma, com base, ou em

lei federal, ou em acórdãos do Supremo Tribunal Federal, ou com base em decisão do Conselho Nacional de Justiça. Nada é pago, nenhum centavo é pago, sem que haja lei, decisão do Supremo ou autorização normativa do Conselho Nacional. Nenhum centavo é pago além disso", disse.

FEMINICÍDIO

Polícia prende suspeito de matar mulher; corpo estava ao lado do berço da filha a

GEOVANNA HORA/AE

A Polícia Civil do Estado de São Paulo prendeu, na segunda-feira passada, o suspeito de matar a ex-companheira no bairro da Saúde, na zona sul de São Paulo, no último sábado. A filha da vítima, de apenas dois anos, estava em um berço ao lado do corpo da mãe e apresentava sinais de violência.

Segundo a Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo, durante as investigações, os policiais localizaram o endereço onde André de Lima Torres Pereira, de 34 anos, estava escondido desde o dia

do crime. A defesa dele não foi localizada. O espaço segue aberto.

O homem é o principal suspeito de ter matado Nicole Mercer Merheje, de 34, encontrada sem vida no chão de sua casa, na Rua Joaquim de Almeida, por volta das 21h44 de sábado.

O pai da vítima estranhou a falta de contato e acionou a Polícia Militar, que, ao entrar no imóvel, encontrou o corpo de Nicole ao lado do berço da filha. De acordo com a SSP, o suspeito teria cometido o crime após uma discussão.

A PM informou que há indícios de que mãe e filha tenham

permanecido em cárcere privado por mais de um dia. A criança apresentava marcas de violência e foi socorrida pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), sendo encaminhada à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Vila Mariana. Não há confirmação de que o suspeito seja o pai da menina.

Diante da suspeita de que a criança possa ter sido vítima de abuso sexual, ela foi transferida para o Hospital da Mulher, onde passou por exames. A SSP afirmou que ela está sob cuidados da família materna.

Segundo a PM, Nicole havia

registrado boletins de ocorrência contra Pereira em 2025 por violência doméstica. À época, ela relatou que o suspeito morava na mesma residência e chegou a solicitar medida protetiva, mas não há confirmação de que o processo tenha sido concluído.

O caso foi registrado como violência doméstica e feminicídio e é investigado pela 2ª Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). "As investigações seguem em andamento para o completo esclarecimento dos fatos. O suspeito permanece à disposição da Justiça", disse a SSP.

JARDIM ÂNGELA

Explosão em residência deixa ao menos 10 feridos na zona Sul de SP

CAIO POSSATI/AE

Uma explosão em uma residência no Jardim Ângela, na zona sul de São Paulo, deixou ao menos 10 pessoas feridas na noite de segunda-feira passada. De acordo com informações preliminares do Corpo de Bombeiros, a suspeita inicial é que a

causa tenha sido um vazamento de gás.

O caso aconteceu na Rua Maieira do Sul, por volta das 20h45. Sete viaturas foram mobilizadas para atender a ocorrência. "No local, trata-se de comunidade. Botijão de gás caiu com registro aberto e começou a vazar. Após certo tempo, houve

a explosão", informou o Corpo de Bombeiros.

A casa teve parte da estrutura comprometida e, dos dez feridos, três tiveram ferimentos leves enquanto sete foram socorridos por testemunhas e levados à Unidade de Pronto Atendimento de M'Boi Mirim.

Entre as vítimas que precisa-

ram de atendimento médico, quatro são adultas, duas são crianças e uma é adolescente. Três dos adultos e as duas crianças estão entubados, informaram os bombeiros. As identidades não foram informadas.

O fogo foi extinto pouco antes das 22h. A ocorrência passou aos cuidados da Defesa Civil.

RIOPREVIDÊNCIA

PF prende ex-presidente de fundo de pensão do RJ

FELIPE DE PAULA, LUIZ VASSALLO, AGUIRRE TALENTO E FAUSTO MACEDO/AE

O ex-presidente do Rioprevidência Deivis Marcon Antunes foi preso ontem, por agentes da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Ele desembarcou no Aeroporto de Guarulhos, na Grande São Paulo, de uma viagem aos Estados Unidos, e pretendia seguir de carro viagem ao Rio. As apurações têm como um dos focos os investimentos realizados no Banco Master. O voo de Deivis previa conexão em Guarulhos com destino ao Aeroporto do Galeão, no Rio. Ele, porém, não compareceu ao embarque. Em vez disso, alugou um carro e seguiu pela Rodovia

Dutra. Em uma operação coordenada pela Polícia Federal e pela Polícia Rodoviária Federal, acabou preso em Itatiaia, já no Estado do Rio de Janeiro, a cerca de 260 quilômetros de São Paulo. Deivis deixou Guarulhos de carro por volta das 7h e foi preso às 9h pelos federais. Deivis havia deixado a direção do fundo em 23 de janeiro, após a Operação Barco de Papel, da Polícia Federal, que apura suspeitas de gestão fraudulenta, desvio de recursos e corrupção envolvendo o sistema previdenciário dos servidores do Estado do Rio. Durante a gestão de Deivis e de outros dois ex-diretores, o Rioprevidência aplicou cerca de R\$ 1 bilhão em letras financeiras do Banco Master, modalidade considerada de alto risco e que

não possui a proteção do Fundo Garantidor de Créditos. Segundo o fundo, os papéis foram emitidos entre outubro de 2023 e agosto de 2024, com vencimentos previstos para 2033 e 2034. Atualmente, a autarquia está em negociação para substituir as letras por precatórios federais. O Estadão apurou que, antes de viajar para os Estados Unidos, no dia 15, Deivis passou a evitar a própria residência, no Rio de Janeiro, e vivia em estado de alerta, com receio de ser surpreendido por uma operação da Polícia Federal. BARCO DE PAPEL Investigadores da PF apuram suspeitas de que as aplicações do Rioprevidência no Banco Master foram aprovadas de for-

ma irregular, incompatíveis com a finalidade do instituto de previdência e que expuseram os servidores públicos a "risco elevado". As diligências da Barco de Papel, deflagrada no último dia 23, marcaram a terceira ação da Polícia Federal voltada a apurar suspeitas de crimes envolvendo o Banco Master. Diferentemente das fases anteriores, a investigação não tramita no Supremo Tribunal Federal e foi autorizada pela Justiça Federal do Rio de Janeiro, em primeira instância. São investigados crimes contra o sistema financeiro nacional, gestão fraudulenta, desvio de recursos, indução de repartição pública a erro, fraude à fiscalização ou ao investidor, associação criminosa e corrupção passiva.

MAURO NEPOMUCENO

Ministro do STJ determina prisão do rapper Oruam

O ministro Joel Ilan Paciornik, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), determinou segunda-feira a prisão do rapper Mauro Davi dos Santos Nepomuceno, conhecido como Oruam. A decisão foi divulgada ontem pelo tribunal. Paciornik revogou sua própria decisão que, em setembro do ano passado, autorizou o rapper a deixar a prisão, sob monitoramento de tornozeleira eletrônica. De acordo com relatório de monitoramento recebido pelo

ministro, a tornozeleira registrou 28 interrupções de sinal no período de 43 dias, entre setembro e novembro do ano passado. Oruam é investigado pela polícia do Rio de Janeiro por associação ao tráfico de drogas, tráfico de drogas, resistência, desacato, dano, ameaça e lesão corporal. Oruam é filho do traficante Márcio dos Santos Nepomuceno, o Marcinho VP, que está preso em uma penitenciária federal.

Oruam está foragido após 66 violações à tornozeleira eletrônica

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Após a 3ª Vara Criminal do Rio de Janeiro determinar a prisão do rapper Mauro Davi dos Santos Nepomuceno, o cantor, conhecido como Oruam, é considerado foragido. A Polícia Civil informou que tentou cumprir a medida judicial de prisão na casa do rapper, mas ele não estava e ainda não foi localizado. Oruam é réu em ação penal que apura tentativa de homicídio qualificado e estava em liberdade com uso de tornozeleira eletrônica por força de liminar concedida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). No entanto, o próprio STJ retirou a liminar, após relatórios da Coordenação de Monitoração Eletrônica da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) apontaram sucessivas violações das determinações judiciais. Segundo os autos, o réu descumpriu o recolhimento domiciliar noturno em diversas datas e apresentou um padrão recorrente de negligência com o equipamento de monitoramento eletrônico, incluindo longos períodos com o dispositivo desligado, somando 22 incidentes registrados entre outubro e novembro de 2025.

em 2026, em sua maioria relacionadas à falta de carregamento da bateria", diz a Seap em nota. A nota diz ainda que "as violações foram formalmente comunicadas ao Poder Judiciário, com relatórios mensais encaminhados à Terceira Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio. Após a troca, o novo equipamento voltou a apresentar falhas por ausência de carregamento, e desde 1º de fevereiro deste ano permanece descarregado". Diante das infrações, o Ministério Público requereu a prisão preventiva do acusado. Embora o juízo tenha reconhecido inicialmente o descumprimento das cautelares, deixou de decretar a prisão naquele momento em razão da vigência da liminar do STJ. Com a revogação da decisão liminar, a juíza Tula Corrêa de Mello entendeu que "as medidas alternativas se mostraram insuficientes, determinando a retomada da prisão preventiva para garantir a ordem pública e a efetividade do processo penal".

ACUSAÇÃO O rapper Oruam responde por tentativa de homicídio qualificado praticado contra o delegado Moyses Santana Gomes e o oficial Alexandre Alves Ferraz, ambos da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Além de Oruam, Willyam Matheus Vianna Rodrigues Vieira, Pablo Ricardo de Paula Silva de Moraes e Victor Hugo Vieira dos Santos são réus no mesmo processo. De acordo com a denúncia, durante uma operação da Polícia Civil na casa de Oruam em 22 de julho de 2025 para cumprimento de ordem judicial de busca e apreensão de um menor que teria praticado atos análogos ao tráfico de drogas e crimes patrimoniais, o rapper e outras sete pessoas arremessaram pedras de grande peso e volume nas vítimas.

Nota

SUS OFERECE VACINA CONTRA BRONQUIOLITE PARA BEBÊS PREMATUROS

A partir deste mês, bebês prematuros e com comorbidades poderão receber vacina contra bronquiolite no Sistema Único de Saúde. O medicamento oferecido é o nirsevimabe, que amplia a proteção contra o Vírus Sincicial Respiratório (VSR), principal causa da doença. O ministério da Saúde explica que o nirsevimabe é um anticorpo monoclonal, capaz de fornecer proteção imediata. Não há necessidade, nesse caso, de estimular o sistema imunológico do bebê a produzir seus próprios anticorpos. São considerados bebês prematuros aqueles nascidos com idade gestacional inferior a 37 semanas. Entre as comorbidades que atingem bebês de até 2 anos de idade são: doença pulmonar crônica da prematuridade (broncodisplasia), cardiopatia congênita, anomalias congênitas das vias aéreas, doença neuromuscular, fibrose cística, imunocomprometimento grave, de origem inata ou adquirida, e síndrome de Down. Segundo o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, 300 mil doses já foram distribuídas para todo o país. O SUS já oferece a vacina contra o VSR para gestantes, a partir da 28ª semana de gravidez, protegendo os bebês desde o nascimento. O vírus é responsável por cerca de 75% dos casos de bronquiolite e 40% dos casos de pneumonia em crianças menores de 2 anos.

VITÓRIA DE PAES

Governo revoga aumento do número de passageiros no Santos Dumont

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O governo federal informou que irá revogar a decisão que flexibilizava as restrições operacionais do Aeroporto Santos Dumont, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro. A medida foi tomada após uma reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho, com o prefeito Eduardo Paes no Palácio do Planalto, em Brasília. No fim do ano passado, o ministério anunciou uma flexibilização no limite de passageiros do Santos Dumont, que subiria de 6,5 milhões para até 8 milhões por ano a partir de 2026.

"Contra fatos não há argumentos e os números não mentem: as medidas tomadas pelo presidente Lula no início de seu mandato permitiram a recuperação do aeroporto do Galeão, aumentando o número de turistas e negócios para o Estado do Rio! Mais uma vez meu muito obrigado ao presidente Lula pela defesa permanente dos interesses do Rio de Janeiro!", escreveu Eduardo Paes na rede social X. O ministro Silvío Costa Filho compartilhou a postagem do prefeito Paes nas redes sociais. Em nota, o Ministério de Portos e Aeroportos disse que a revogação "foi motivada pelo expressivo crescimento da aviação

e do turismo no estado do Rio de Janeiro, que levou a uma discussão conjunta acerca da construção de uma agenda estratégica para o estado". A limitação do Santos Dumont, de até 6,5 milhões de passageiros por ano, foi estabelecida em 2023 como parte de uma política de reequilíbrio entre os aeroportos do Rio, priorizando o crescimento do Aeroporto Internacional Tom Jobim, o Galeão, que fica na zona norte da capital fluminense. Desde então, o número anual de passageiros no aeroporto central caiu quase pela metade, de 10,9 milhões para 5,7 milhões. No Galeão, no mesmo período, o movimento mais

que dobrou, passando de 6,8 milhões para 16,1 milhões. Com isso, o total de passageiros nos aeroportos do Rio cresceu 23%, de 17,7 milhões em 2023 para 21,8 milhões em 2025. De acordo com a pasta, o processo de venda assistida do Aeroporto do Galeão permanece, com leilão previsto para o dia 30 de março. "Conforme solução acordada com a concessionária e aprovada pelo TCU [Tribunal de Contas da União], eventuais restrições operacionais no Aeroporto Santos Dumont implicam em reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão do Aeroporto do Galeão", diz a no

MÉDICOS

Saúde anuncia 3 mil vagas de residência e 900 para especialistas

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O Ministério da Saúde lançou ontem edital para a oferta de 3 mil vagas de residência médica. Com a contratação, o governo federal passa a responder por mais de 60% do total de residentes no país, o equivalente a 35 mil profissionais. O investimento, segundo a pasta, será de R\$ 3 bilhões. Em nota, o ministério informou que as bolsas financiadas pelo governo federal serão voltadas para áreas classificadas como prioritárias dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). A estratégia, segundo a pasta, consiste em ampliar a oferta e a distribuição desses profissionais no país. "Com essa política, que integra o programa Agora Tem Especialistas, a pasta foi responsável, em conjunto com o Ministério da Educação, pela criação de 806 novos programas de residência médica, impactando na ampliação da formação de médicos especialistas no país", informa o ministério. Dados do Ministério da Saúde mostram que, ao longo do último ano, houve um crescimento de cerca de 15% no número de vagas em cirurgia oncológica e em neurologia pediátrica. Em oftalmologia, o crescimento foi de 14% e em radioterapia, de 10%. ESPECIALISTAS A pasta lançou ainda edital que prevê a seleção de 900 médicos especialistas, distribuídos



ANTONIO CRUZ/ABRASIL

em 16 especialidades prioritárias, como anestesiologia, cirurgia geral, radiologia, mastologia, ginecologia e oncologia clínica. O foco de atuação dos profissionais serão regiões remotas, de alta demanda e maior vulnerabilidade social. "Atualmente, são 583 médicos especialistas atuando no programa em todas as regiões do país e, com o novo edital, a expectativa é chegar a 1.500 profissionais. A maior parte atua no interior (48,7%) e nas regiões

metropolitanas (34%)", informou a pasta. Em coletiva de imprensa, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha (foto), destacou que não se tratam de ações isoladas, mas de uma série de políticas voltadas para a formação profissional em saúde, em parceria com o Ministério da Educação. "Estamos enfrentando dois grandes desafios no Sistema Único de Saúde do nosso país hoje. O primeiro é a própria for-

mação profissional, em especial, dos profissionais de ensino superior em saúde, a formação especializada. Tanto a especialização, a residência médica, quanto a formação multiprofissional", explicou. "A gente não faz sistema de saúde sem bons profissionais formados, sem qualificação permanente, sem atualização permanente desses profissionais. E sem as nossas instituições formadoras se abrirem para isso", disse Padilha.

JUSTIÇA ELEITORAL

TSE recebe mais de 1,4 mil sugestões para regras das eleições 2026



FELIPE PONTES/ABRASIL

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) abriu ontem uma série de audiências públicas para ouvir sugestões sobre as regras que devem vigorar durante as Eleições de 2026, após ter recebido 1.423 propostas de alterações nas resoluções eleitorais para este ano.

No mês passado, a Justiça Eleitoral publicou 12 minutos de resolução e abriu um prazo, que se encerrou em 30 de janeiro, para o envio de sugestões por qualquer cidadão ou instituição interessados. Algumas dessas propostas foram selecionadas para serem apresentadas ao vivo, em audiências públicas realizadas nos dias 3 e 4 de fevereiro.

A transmissão das audiências pode ser acompanhada ao vivo pelo canal do TSE no YouTube.

A realização da consulta à sociedade civil pela Justiça Eleitoral é realizada a cada ciclo eleitoral, sendo um procedimento obrigatório conforme a legislação vigente. Pela Lei das Eleições, o plenário do TSE tem até 5 de março do ano eleitoral para debater e aprovar todas as normas.

Durante a abertura das audiências, o ministro Nunes Marques (**foto**), vice-presidente do TSE e por isso relator das resoluções eleitorais deste ano, destacou o número considerado alto de contribuições registradas neste ano.

“Esse expressivo volume de contribuições evidencia o interesse, o engajamento e a relevância do debate em torno das normas eleitorais.”

Em seu discurso, a presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, destacou o compromisso com a ética durante o período eleitoral.

Ela enfatizou a visão de que a desconfiança nas instituições é fonte de instabilidade social e insegurança jurídica: “Devemos ser rigorosos e intransigentes com qualquer

MUDANÇA

Câmara inicia instalação de comissões e troca presidentes de seis delas

VICTOR OHANA/AE

A Câmara dos Deputados instalou seis comissões temáticas ontem. Por acordo entre os líderes partidários e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), a maioria das comissões permaneceu nas mãos dos mesmos partidos.

Entre os colegiados instalados ontem, houve apenas uma troca: a Comissão de Minas e Energia passou das mãos do PSD para o PL. Nas outras, houve mudanças apenas dos nomes que ocupam a presidência.

Formalmente, há eleições para as presidências desses colegiados, porém, os deputados entram em consenso para que não haja disputas.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Chefes de Poderes assinarão pacto contra o feminicídio

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

Com o país convivendo com números intoleráveis de violência contra as mulheres, os Três Poderes da República se reúnem hoje para firmar um pacto nacional de enfrentamento ao feminicídio. A solenidade será realizada no Palácio do Planalto, em Brasília, a partir das 10h, com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva; do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin; e dos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre; e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, além da mi-

nistra das Mulheres, Márcia Lopes.

De acordo com o governo federal, o pacto vai estabelecer um compromisso integrado entre Executivo, Legislativo e Judiciário para enfrentar a violência letal contra mulheres, com ações de prevenção, proteção, responsabilização de agressores e garantia de direitos.

Desde o fim do ano passado, em meio a uma onda de assassinatos brutais de mulheres, Lula tem cobrado publicamente ações mais contundentes para frear a violência.

Cerca de 3,7 milhões de mulheres brasileiras viveram um ou mais episódios de violência do-

méstica ao longo dos últimos 12 meses encerrados em novembro do ano passado, segundo o Mapa Nacional da Violência de Gênero.

Em 2024, 1.459 mulheres foram vítimas de feminicídios. Em média, cerca de quatro mulheres foram assassinadas por dia em 2024 em razão do gênero, em contextos de violência doméstica, familiar ou por menosprezo e discriminação relacionados à condição do sexo feminino.

Em 2025, Brasil registrou, até o início de dezembro, mais de 1.180 feminicídios e quase 3 mil atendimentos diários pelo Ligue 180, segundo o Ministério das

Mulheres.

Feminicídio é o homicídio de uma mulher cometido em razão do gênero, caracterizado por violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação contra a condição feminina. É considerado a expressão máxima da violência de gênero e ocorre frequentemente como desfecho de um histórico de agressões, podendo ser motivado por ódio, inferiorização ou sentimento de posse sobre a vítima. No Brasil, é considerado um crime hediondo e, quando tipificado como qualificador do homicídio, a pena é de prisão de 12 a 30 anos.

STF

Ministro propõe força-tarefa para identificar deep fake nas eleições

FELIPE PONTES/ABRASIL

O ministro Gilmar Mendes, que atua como ministro substituto no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), propôs ontem a criação de uma força-tarefa com peritos técnicos e instituições acadêmicas para que façam a identificação rápida de conteúdos produzidos por inteligência artificial (IA) durante o período eleitoral, em especial os chamados deep fakes, os vídeos, áudios e imagens manipulados por IA de forma extremamente realista.

“A atuação da Justiça Eleitoral não pode se limitar a uma postura reativa ou exclusivamente punitiva”, avaliou o ministro. Ele defende o “fortaleci-

mento da capacidade técnica” do TSE para lidar com as deep fakes de forma proativa e preventiva.

A atuação poderia se dar “por meio da eventual constituição de uma força-tarefa técnico-pericial para a análise célere de conteúdos sintéticos durante o período eleitoral, com credenciamento prévio de especialistas e centros de pesquisa universitários”, sugeriu Mendes.

“Tal iniciativa pode contribuir para a maior segurança técnica, agilidade decisória e legitimidade institucional na resposta a desafios complexos associados ao uso de inteligência artificial”, acrescentou o ministro.

Pelas regras atuais da Justiça

Eleitoral sobre o uso de IA nas campanhas, o deep fake é vedado, sendo definido como todo conteúdo fabricado em formato de áudio, vídeo ou combinação de ambos e que tenha sido gerado ou manipulado digitalmente para criar, substituir ou alterar imagem ou voz de pessoa viva, falecida ou fictícia.

As normas em vigor foram propostas antes das eleições municipais de 2024. Atualmente, o TSE discute em audiências públicas propostas sobre as resoluções eleitorais deste ano. E foi na abertura dessas audiências que o ministro Gilmar Mendes apresentou a sugestão para que o tribunal fortaleça a fiscalização sobre o uso de deep fakes.

Mendes propôs também que a Justiça Eleitoral firme acordos com empresas provedoras de ferramentas de IA que geram conteúdos de imagem e áudio para que possam cooperar com o TSE e implementar medidas que impeçam o uso indevido dessas ferramentas.

“A cooperação com esses atores é fundamental para viabilizar medidas de prevenção como mecanismos de rastreabilidade, rotulagem de conteúdos gerados artificialmente, salvaguardas contra o uso abusivo de ferramentas de geração de deep fakes e respostas céleres diante de usos ilícitos ou eleitoralmente desestabilizadores”, pontuou Mendes.

DIPLOMACIA

Lula recebe credenciais de nove novos embaixadores no Brasil

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu ontem as credenciais de nove novos embaixadores no Brasil. As cerimônias, reservadas, começaram por volta das 10h30, no Palácio do Planalto.

A partir desta terça-feira, estão habilitados a despachar no país os representantes das seguintes nações:

- Carlos García de Alba, do México;
- Kjetil Elsebutangen, da Noruega;
- Marwan Jebril, do Estado da Palestina;
- Eleonora Dimitrova, da Bulgária;
- Alfredo Vásquez Rivera, da Guatemala;
- Andhika Chrisnayudhanto, da Indonésia;
- Eleni Lianidou, da Grécia;
- Isabel Maria Oliveira Brilhante Pedrosa, de Portugal; e
- Alfredo Rafael Saade Vergel, da Colômbia.

Tradicionalmente, os governos fazem consultas ao país no



exterior sobre a indicação de um novo embaixador para atuar em seu território. Na diplomacia, a consulta é chamada de agrément, que pode ser concedido ou não. O embaixador, então, assume o posto após a entrega

de documentos enviados pelo presidente de seu país ao governo do país onde atuará.

A apresentação das cartas credenciais ao presidente da República é uma formalidade que aumenta as prerrogativas

de atuação do diplomata no Brasil. Caso a credencial não seja recebida pelo presidente, o embaixador não pode representar seu país em audiências ou solenidades oficiais, por exemplo.

Nota

MPF PEDE NOVO BLOQUEIO, DE R\$ 200 MILHÕES, DA VALE APÓS VAZAMENTO NA MINA DE VIGA

Uma segunda cautelar contra a Vale foi apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF). A ação pede um novo bloqueio, agora de R\$ 200 bilhões, e a suspensão da venda ou transferência dos direitos minerários da Mina de Viga, em Congonhas (MG). A medida ocorre na sequência do transbordamento de água e sedimentos que atingiu cursos d'água que alimentam o Rio Paraopeba. O incidente causou assoreamento de córregos e danos à vegetação, segundo o MPF.

Segundo a ação, vistorias técnicas mostraram que o incidente ocorreu em estruturas denominadas sumps - que são um reservatório que serve para controle do fluxo de água. Após chuvas intensas, dois desses tanques transbordaram, gerando um processo erosivo em cascata. Para o MPF, isso indica que as estruturas não possuíam sistemas de drenagem adequados para situações de chuva forte. O vazamento em Viga ocorreu menos de 24 horas após incidente similar na Mina de Fábrica, também sob responsabilidade da Vale. Sobre esse incidente, o MPF também ajuizou ação no dia 30 de janeiro. Na ação, foi pedido o bloqueio cautelar de R\$ 1 bilhão.

ORÇAMENTO

Câmara aprova criação de cargos com impacto R\$ 5,3 bi

LEVY TELES/AE

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, um projeto de lei que cria 16,3 mil cargos no Ministério da Educação, 1.500 cargos no Ministério de Gestão e Inovação e cria um Instituto Federal em Patos (PB), cidade do presidente da própria Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) (foto). O impacto orçamentário estimado é de R\$ 5,3 bilhões em 2026.

Ainda neste mesmo dia, estreira de votação do Congresso neste ano, a Casa ainda aprovou outro projeto que trará gratificações para servidores do Congresso Nacional, em valor estimado de cerca de R\$ 800 milhões.

A proposta que afeta o Poder Executivo reuniu outras matérias de autoria do Poder Executivo. A Câmara aprovou em votação simbólica - dessa forma, os deputados não registraram, individualmente, qual a posição deles sobre esse projeto de lei

Esse projeto ainda cria o cargo de analista em atividades culturais, no Ministério da Cultura, mais 225 cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), 68 cargos no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), além de reajustes salariais, novas gratificações e prêmios.

O vencimento básico para o cargo de auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil classe especial, padrão III, por exemplo,



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

passará de R\$ 29.760,95 para R\$ 32.504,91 em abril de 2026, se esse texto for sancionado.

No caso do MEC, serão criados 9.587 cargos para professor do ensino básico, técnico e tecnológico, 4.286 cargos de técnico em educação e 2.490 cargos de analisa em educação. Além disso, o projeto menciona a criação de 3.800 cargos de professor do magistério superior para re-

distribuição às instituições federais de ensino superior.

Já na pasta da Gestão serão criados 750 cargos de analisa técnico de desenvolvimento socioeconômico e 750 vagas de analista técnico de justiça e defesa.

Motta agradeceu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva por essa proposição. "Quero agradecer ao presidente Lula

por esse projeto", afirmou, referindo-se à criação do instituto federal na cidade de Patos.

"Sempre lutei para que minha região pudesse ter a sua instituição de ensino técnico e superior", afirmou. "Estar presidindo a Câmara neste momento é motivo de alegria e realização. Essa criação será muito importante para o sertão da Paraíba."

FLÁVIO DINO

Arquivada investigação sobre senador que pôs R\$ 33 mil na cueca

FELIPE DE PAULA/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino, determinou ontem, o arquivamento da investigação contra o senador Chico Rodrigues (PSB-RR), flagrado com dinheiro na cueca durante a Operação Desvid-19, da Polícia Federal, deflagrada em 2020 para apurar suspeitas de desvios de emendas parlamentares durante a pandemia.

A decisão de Dino acolhe pedido da Procuradoria-Geral da República, que solicitou o encerramento do caso no início de janeiro por avaliar que a investigação não reuniu indícios mínimos de que o senador tenha tentado ocultar valores durante o cumprimento do mandado de busca e apreensão.

O ministro também determinou o envio dos autos à primeira instância. O caso passa a ficar sob a alçada da Justiça Federal e do Ministério Público Federal em Roraima.

À época do flagrante, Chico Rodrigues era vice-líder do governo de Jair Bolsonaro (PL) no Senado, e a PF apurava desvios de recursos públicos destinados ao combate à pandemia de covid-19, oriundos de emendas parlamentares.

Segundo apurou o Estadão no dia da operação, em 15 de

outubro de 2020, foram encontrados R\$ 33,1 mil dentro da cueca do senador. Ao todo, os valores encontrados na residência do parlamentar, em Boa Vista, somaram cerca de R\$ 100 mil. A investigação apura indícios de irregularidades em contratações feitas com dinheiro público, que teriam gerado sobrepreço de quase R\$ 1 milhão.

A ordem de busca e apreensão em 2020 foi autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, hoje aposentado da Corte.

Segundo a PGR, a investigação "alcança densidade indiciária suficiente para cogitar a deflagração de processo crime, ainda que fora do âmbito do Supremo Tribunal Federal, diante da ausência de vinculação funcional-material com o exercício do mandato parlamentar".

A decisão de Dino reitera que "sob a perspectiva da PGR, não há razão para prosseguimento da apuração."

"Neste momento processual, não vislumbro fundamentos para deixar de atender aos requerimentos do titular da ação penal perante o STF, ressaltando eventual nova análise com a marcha das investigações indicadas pela Procuradoria Geral da República, a se desenvolverem perante a Justiça Federal de Roraima", concluiu o ministro.

ROUBO DE R\$ 25 MI

Tribunal decreta perda da patente de major do Exército

FAUSTO MACEDO E FELIPE DE PAULA/AE

O Superior Tribunal Militar (STM) considerou procedente uma Representação para Declaração de Indignidade para o Oficialato apresentada pelo Ministério Público Militar e determinou a perda de patente do major da reserva remunerada do Exército Washington Luiz de Paula - condenado a 16 anos de prisão por liderar um esquema de fraude que desviou mais de R\$ 25 milhões em convênios entre o Exército e o DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte).

As investigações apontam que, entre 2004 e 2005, o major atuou como um dos 'mentores' de um complexo esquema criminoso no Instituto Militar de Engenharia (IME). Na época, ele exercia a função de Coordenador Administrativo de convênios firmados com o DNIT.

Segundo o Ministério Público Militar, o grupo fazia uso de três núcleos de atuação para fraudar 88 procedimentos licitatórios. O esquema funcionava através da criação de empresas de fachada, registradas em nome de 'laranjas' - incluindo parentes do próprio major. Essas empresas venciavam licitações na modalidade 'Convite' e rece-

biam pagamentos antecipados por serviços que nunca eram executados.

O rombo aos cofres públicos, atualizado até dezembro de 2011, ultrapassou R\$ 25,7 milhões. De acordo com a sentença, o 'plano criminoso' foi arquitetado antes mesmo da assinatura dos convênios, resultando em evolução patrimonial injustificada dos envolvidos'.

Mais de 200 documentos foram falsificados para dar aparência de legalidade às fraudes.

O major foi condenado pela 2ª Auditoria da 1ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM) a uma pena de 16 anos de reclusão.

Ao todo, 15 pessoas foram investigadas por supostas irregularidades em 88 processos licitatórios em convênio firmado entre o Instituto Militar de Engenharia (IME) e o DNIT. A execução do contrato ocorreu entre 2004 e 2005 e movimentou um montante de R\$ 38 milhões. Desse total, a estimativa, de acordo com a denúncia do Ministério Público Militar, é que tenham sido desviados na época R\$ 11 milhões por meio de um 'complexo esquema criminoso, que acontecia por meio de um conluio de militares que ocupavam cargos estratégicos dentro do IME e empresas contratadas que deveriam fornecer bens e serviços'.

Nota

ÔNIBUS QUE CAPOTOU E DEIXOU 15 MORTOS EM ALAGOAS ESTAVA IRREGULAR

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) disse ontem que o ônibus que capotou em São José da Tapera, no Sertão de Alagoas, realizava transporte clandestino de passageiros e operava de forma irregular. O veículo transportava cerca de 60 romeiros, e o sinistro de trânsito deixou 15 pessoas mortas. A nota divulgada pela agência reguladora informa que o ônibus, de placa JJB3D75, não possuía habilitação na ANTT, certificado de Segurança Veicular (CSV) nem seguro de responsabilidade civil vigente. Além disso, não havia Licença de Viagem (LV) para o deslocamento realizado. A ANTT disse ainda que acompanha o caso junto aos órgãos competentes e segue com as ações de fiscalização para coibir o transporte clandestino no país. O ônibus transportava romeiros de Juazeiro do Norte, no Ceará, para o município de Coité do Noia, em Alagoas.

PENDURICALHOS

Senado aprova gratificação para servidores da Câmara

NAOMI MATSUI E LEVY TELES/AE

No primeiro dia de votações em 2026, o Senado aprovou, ontem, o projeto de lei 179/2026, que concede penduricalhos "fura-teto constitucional" para servidores da Câmara. A matéria agora vai à sanção presidencial. Durante a votação, a relatora, senadora Leila Barros (PDT-DF), foi questionada sobre o impacto da proposta, mas afirmou que caberá à Câmara encaixar o reajuste.

De autoria da Mesa Diretora da Câmara, o texto cria a Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico (GDAE). Essa gratificação concede um dia de licença para cada três dias de

trabalho, com possibilidade de um recebimento em dinheiro em vez da licença. Com isso, o salário de altos funcionários da Câmara pode chegar a aproximadamente R\$ 77 mil.

O teto constitucional, que deveria ser o limite de recebimento de um funcionário público, é o salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF): R\$ 46.366,19.

Durante a sessão, o senador Orioivisto Guimarães (PSDB-PR) perguntou à Leila Barros sobre o impacto da proposta. "Não sou contra, mas queria pedir, de forma objetiva, que a senadora Leila pudesse me dizer a quem se destina esses aumentos salariais e o valor que

isso implica", questionou.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, interveio e afirmou que a Casa Alta já havia aprovado propostas semelhantes para os servidores do Senado, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Poder Judiciário. "A informação que eu posso dizer é que a justificativa do projeto de que todo impacto em relação a esse reajuste se dará dentro do orçamento próprio de cada Poder", declarou o senador.

Leila, então, retomou a palavra e reafirmou que a origem dos recursos deve ser definida pela Câmara. "O aumento é para todos os servidores da Casa, assim como foi no Senado e

no Tribunal de Contas da União e já está contemplado dentro dos orçamento das Casas. Os projetos são fruto da construção de cada instituição e os orçamentos são próprios", respondeu Leila.

Durante a votação da proposta na Câmara, o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), defendeu o texto e disse que se trata de uma valorização dos cargos. "É uma marca da nossa gestão não criarmos castas, diferenciação. Desde os terceirizados até os servidores de carreira, todas as categorias estão recebendo esse reajuste salarial porque isso é olhar para a Casa como um todo", disse o deputado.

TRAMA GOLPISTA

STM recebe pedido de perda de patente de Bolsonaro e mais 4 oficiais

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Superior Tribunal Militar (STM) recebeu ontem pedido do Ministério Público Militar (MPM) para que o ex-presidente Jair Bolsonaro, três generais do Exército e um almirante da Marinha sejam expulsos das Forças Armadas em função da condenação na ação penal da trama golpista.

O MPM entrou com ações de perda do oficialato contra Bolsonaro, que é capitão da reserva do Exército, os generais da reserva Augusto Heleno, Paulo Sergio Nogueira, Braga Netto e o almirante Almir Garnier. Todos foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na ação penal do núcleo crucial da trama golpista.

◆ A medida do MPM foi tomada após o Supremo declarar, no

ano passado, o trânsito em julgado das condenações, ou seja, reconhecer o fim da possibilidade de recorrer e determinar a prisão do ex-presidente e dos demais condenados.

De acordo com a Constituição, o oficial das Forças Armadas pode ser expulso no caso de condenação criminal superior a dois anos de prisão. No caso do processo da trama golpista, as penas de Bolsonaro e dos demais acusados variam entre 19 e 27 anos de prisão.

Se a perda das patentes for decretada pelo STM, o salário que Bolsonaro e os demais militares recebem será repassado para a esposa ou filhas em forma de pensão. O benefício é conhecido como "morte ficta" e está previsto na legislação das Forças Armadas desde 1960.

O tribunal militar é compos-

to por 15 ministros, sendo cinco civis e dez militares, cujas cadeiras estão distribuídas entre quatro vagas destinadas ao Exército, três à Marinha e três à Aeronáutica.

RELATORES

Após o MPM protocolar as ações, o tribunal definiu eletronicamente os relatores dos processos. A ação contra Bolsonaro será relatada por um ministro oriundo da Aeronáutica. O processo contra o general Braga será relatado por um ministro da cadeia do Exército.

- Bolsonaro: ministro Carlos Vyuk Aquino (Aeronáutica);
- Almirante Garnier: ministra Veronica Sterman (Civil);
- General Paulo Sergio Nogueira: ministro Barroso Filho (Civil);
- General Heleno: ministro

- Celso Luiz Nazareth (Marinha);
- General Braga Netto: ministro Flavio Marcus Lancia (Exército).

JULGAMENTO

Em coletiva de imprensa, a presidente do STM, ministra Maria Elisabeth Rocha, explicou que o tribunal não tem prazo legal para julgar as ações.

A presidente disse que vai pautar os processos para julgamento imediatamente após os relatores liberarem os casos para julgamento. De acordo com as regras internas do STM, a presidente só vota em caso de empate e sempre a favor do réu nas ações de perda do oficialato.

"Não pretendo procrastinar o julgamento de questões tão relevantes que são submetidas à apreciação dessa Corte", afirmou.

Nova Guerra

EUA abatem drone do Irã que chegou perto de porta-aviões

Um caça da Marinha dos Estados Unidos abateu um drone iraniano que se aproximava do porta-aviões USS Abraham Lincoln no Mar Árábico, informou o Comando Central dos EUA ontem, ameaçando aumentar as tensões enquanto o governo do Presidente norte-americano Donald Trump alerta para uma possível ação militar para forçar o Irã à mesa de negociações.

O drone "aproximou-se agressivamente" do porta-aviões com "intenções pouco claras" e "continuou a voar em direção ao navio, apesar das medidas de desescalada tomadas pelas forças americanas que operavam em águas internacionais", disse o capitão Tim Hawkins, porta-voz do Comando Central, em um comunicado.

O abate ocorreu com diferença de poucas horas para uma situação em que forças do Irã hostilizaram um navio mercante de bandeira e tripulação americanas que navegava no Estreito de Ormuz, informou o exército dos EUA.

O drone Shahed-139 foi abatido por um caça F-35C do porta-aviões Lincoln, que, segundo Hawkins, navegava a cerca de 800 quilômetros da costa sul do Irã. O comunicado militar informou que nenhum soldado americano ficou ferido e nenhum equipamento dos EUA foi danificado.

Horas depois, as forças da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã hostilizaram o navio mercante Stena Imperative, segundo informações dos militares.

A declaração de Hawkins aponta que duas embarcações e um drone iraniano Mohajer se aproximaram do Stena Imperative "em alta velocidade e ameaçaram abordar e apreender o petroleiro". O destróier USS McFaul respondeu ao incidente e escoltou o Stena Imperative "com apoio aéreo defensivo da Força Aérea dos EUA", afirmou o comunicado, acrescentando que o navio mercante agora navega em segurança.

As ações ocorrem em um momento de alta tensão entre os dois países. Essa tensão

Guerra Ucrânia

Macron prepara diálogo com Putin, mas vê Rússia longe de acordo

PEDRO LIMA/AE

O presidente da França, Emmanuel Macron, afirmou que estão em curso os preparativos para uma eventual conversa com o líder russo, Vladimir Putin, em meio aos esforços diplomáticos para discutir o fim da guerra na Ucrânia. Segundo a imprensa francesa, Macron disse na segunda-feira passada, a repórteres que há "discussões técnicas em andamento" e que o tema também vem sendo tratado com parceiros europeus e com o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky.

O chefe do Estado francês acrescentou que as conversas fazem parte de iniciativas mais amplas conduzidas no âmbito da chamada "Coalizão dos Dispostos", voltadas à construção de garantias de segurança para Kiev e a um possível encerramento do conflito. Apesar disso, Macron evitou indicar quando o diálogo com Putin poderia ocorrer. "Acho que seria útil, mas não creio que a Rússia esteja pronta para fazer a paz

voltou a aumentar depois que o governo iraniano passou semanas reprimindo protestos que começaram no final de dezembro contra a crescente instabilidade econômica, antes de se transformarem em um desafio à República Islâmica.

No início de janeiro, Donald Trump prometeu "resgatar" os iranianos da repressão sangrenta do governo contra os manifestantes, promessa que posteriormente se transformou em uma campanha de pressão para que Teerã chegasse a um acordo sobre seu programa nuclear. Isso ocorre mesmo enquanto o presidente republicano insiste que as instalações nucleares iranianas foram "destruídas" em ataques americanos de junho.

"Estamos em negociações com o Irã. Vamos ver como tudo se desenrola", disse Trump a repórteres no Salão Oval na segunda-feira passada. Questionado sobre qual seria o seu limite para uma ação militar contra o Irã, ele se recusou a dar mais detalhes.

"Eu gostaria de ver um acordo negociado", disse Trump. "Neste momento, estamos conversando com eles, estamos conversando com o Irã, e se conseguíssemos chegar a um acordo, seria ótimo. E, se não conseguirmos, provavelmente coisas ruins acontecerão."

Os EUA abateram o drone horas depois de o presidente do Irã ter afirmado, na terça-feira, que instruiu o ministro das Relações Exteriores do país a "buscar negociações justas e equitativas" com os EUA, marcando um dos primeiros sinais claros de Teerã de que deseja tentar negociar com Washington, apesar do fracasso das conversas no verão passado.

A Turquia vinha trabalhando nos bastidores para que as negociações acontecessem ainda esta semana, enquanto o enviado dos EUA para o Oriente Médio, Steve Witkoff, está viajando pela região. Um funcionário turco afirmou posteriormente que o local das negociações era incerto, mas que a Turquia estava pronta para apoiar o processo.

Guerra Ucrânia

Macron prepara diálogo com Putin, mas vê Rússia longe de acordo

nos próximos dias ou semanas", afirmou.

Macron já havia dito, no começo do mês passado, que pretendia conversar com o líder russo "o mais rápido possível". Em dezembro de 2025, após uma cúpula da União Europeia (UE) em Bruxelas, defendeu a retomada do diálogo europeu com Moscou e criticou o formato atual das negociações sobre a Ucrânia, conduzidas sobretudo por negociadores dos Estados Unidos sem a participação direta da Europa.

Do lado russo, a sinalização foi recebida com ceticismo, aponta a Tass. Em 14 de janeiro, o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, classificou as declarações de Macron sobre a intenção de falar com Putin como uma ação de autopromoção, lembrando que o presidente francês já havia feito anúncios semelhantes anteriormente sem que o contato se concretizasse.

Lavrov ressaltou, contudo, que Putin permanece aberto ao diálogo, desde que ocorra em um ambiente "respeitoso".

EUA

73% de imigrantes presos não têm antecedentes criminais

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Dentre todos os 68 mil imigrantes detidos nos Estados Unidos (EUA), 73% não têm antecedentes criminais. O cálculo é do Transactional Records Access Clearinghouse (TRAC), banco de dados da Universidade de Syracuse, dos EUA, referentes ao final de 2025.

"Muitos dos condenados cometeram apenas delitos menores, incluindo infrações de trânsito", diz o TRAC.

No discurso oficial, o governo de Donald Trump alega que o Serviço de Alfandega e Imigração (ICE), polícia que virou alvo de protestos no país, se dedica a deter "criminosos" que colocariam em risco a segurança pública estadunidense.

Por outro lado, o Conselho Americano de Imigração calcula que a prisão de imigrantes sem antecedentes criminais nos Estados Unidos (EUA) aumentou 2.450 sob o governo de Trump. A organização apoia imigrantes que vivem no país norte-americano.

Influencer Brasileiro

Nessa semana, foi divulgada a detenção do influencer brasileiro Júnior Pena. Ele acumula quase um milhão de seguidores nas redes sociais, tendo ficado famoso na internet por divulgar "a realidade da vida dos EUA" com informações sobre imigração para a comunidade brasileira que vive no país.

Simpático às políticas de Trump, Pena argumentava que "apenas bandidos" eram detidos pelo ICE. Segundo o amigo

Câmara dos EUA

Casal Clinton concorda em testemunhar sobre caso Epstein

O ex-presidente dos Estados Unidos Bill Clinton e a ex-secretária de Estado Hillary Clinton concordaram na noite de segunda-feira passada, em testemunhar em uma investigação da Câmara dos Representantes sobre o criminoso sexual condenado Jeffrey Epstein, com quem teriam relações próximas.

No entanto, o deputado republicano que lidera a investigação disse que o acordo ainda não foi finalizado.

O deputado James Comer, presidente do Comitê de Supervisão da Câmara, estava avançando com acusações criminais de desacato ao Congresso contra os Clintons nesta segunda por desafiarem uma intimação do Congresso quando os advogados dos Clintons enviaram um e-mail à equipe do comitê dizendo que o casal aceitaria as exigências de Comer e "compareceria para depoimentos em datas mutuamente acordadas".

Os advogados solicitaram que Comer, um republicano do Kentucky, concordasse em não prosseguir com o processo por desacato. Comer, no entanto, disse que não iria retirar imediatamente as acusações, que acarretariam a ameaça de uma multa substancial e até mesmo prisão, se aprovadas pela Câmara e processadas com sucesso pelo Departamento de Justiça.

"Não temos nada por escrito", disse Comer aos repórteres, acrescentando que estava aberto a aceitar a oferta dos Clintons, mas "isso depende do que eles disserem".

A negociação de última hora ocorreu enquanto os líderes republicanos avançavam com a resolução de desacato através do Comitê de Regras da Câmara - um último obstáculo antes de seguir para a votação no plenário da Câmara. Era um momento

brasileiro Maycon MacDowel, que também reside na Flórida, o influencer teria sido detido por não ter comparecido a uma audiência sobre seu processo de imigração. Júnior Pena teria entrado no país de forma irregular.

Deportação

O Conselho Americano de Imigração destaca que as detenções vêm sendo usadas para forçar os imigrantes a aceitarem a deportação, desistindo assim de continuarem o processo para regularização no país.

"Em novembro de 2025, para cada pessoa liberada da detenção do ICE enquanto aguardava uma audiência, 14,3 pessoas foram deportadas diretamente, um aumento em relação à proporção de 1,6 em dezembro de 2024", informou a organização.

Prisões do ICE

O Conselho Americano de Imigração calculou que a detenção de imigrantes aumentou 75% no segundo governo Trump, passando de 40 mil para 68 mil pessoas presas, com expectativa de chegar a 100 mil detidos ainda no início de 2026.

"Operações de fiscalização direcionadas foram complementadas por batidas indiscriminadas em locais de trabalho, patrulhas itinerantes e prisões colaterais; imigrantes que comparecem diligentemente a audiências e comparecimentos judiciais têm sido detidos novamente sem aviso prévio", diz o documento.

A organização não governamental afirma que "prisões em massa" aumentaram 600% no período e o ICE parou de emitir

Guerra Ucrânia

Macron prepara diálogo com Putin, mas vê Rússia longe de acordo



potencialmente grave para o Congresso, a primeira vez que poderia considerar um ex-presidente em desacato e avançar com a ameaça de pena de prisão.

Na segunda-feira passada, Comer rejeitou uma oferta dos advogados dos Clinton para que Bill Clinton concedesse uma entrevista transcrita e Hillary Clinton apresentasse uma declaração juramentada. Ele insistiu que ambos os Clintons prestassem depoimentos sob juramento perante o comitê, a fim de cumprir as intimações do painel. Uma carta do comitê aos advogados dos Clintons indicava que eles haviam oferecido que Bill Clinton concedesse uma entrevista transcrita de quatro horas sobre "assuntos relacionados às investigações e processos judiciais de Jeffrey Epstein" e que Hillary Clinton apresentasse uma declaração juramentada.

"Os Clintons não podem ditar os termos das intimações legais", disse Comer.

O ex-presidente e a ex-secretária de Estado resistiram às intimações por meses depois que o comitê de supervisão emitiu intimações para seus depoimentos em agosto, ao abrir uma

liberações, além de ter dificultado o pagamento de fiança pelos imigrantes. "De janeiro a 29 de novembro [de 2025], as liberações discricionárias da detenção caíram 87%", diz o Conselho.

Detenções

O professor emérito de história da Universidade de Brown, dos EUA, James N. Green, destacou à Agência Brasil que juízes de Minnesota, estado que tem liderado as manifestações contra o ICE, têm apontado centenas de violações nos procedimentos para detenção de imigrantes.

"Eles não podem parar uma pessoa e prendê-la se a pessoa não assumir que não está regular no país. Eles não podem, mas estão fazendo, porque Trump está violando a lei o tempo todo", disse.

Para o especialista, que também preside o Washington Brazil Office (WBO), os imigrantes, mesmo sem documentos, têm o direito de não responder ao ICE caso possam se incriminar.

"Só que as pessoas não sabem desse direito e abrem a porta e acabam permitindo que o ICE o prendam", completou. Para James, a meta estabelecida pelo governo Trump de prender 3 mil imigrantes por dia tem alimentado prisões irregulares.

Empresas Lucram

O relatório da ONG acrescenta que muitas empresas de segurança e que administram prisões tem lucrado com a política anti-imigração do ICE, que viu seu orçamento triplicar no atual governo.

"No início de 2025, aproximadamente 90% das pessoas

detidas pelo ICE estavam em instalações de propriedade ou operadas por empresas de prisões privadas. O próprio ICE opera apenas um número limitado de instalações. O aumento da detenção sob o governo do presidente Trump tem sido uma bênção para essas empresas", completou o Conselho.

No final de novembro de 2025, o ICE estava usando 104 instalações a mais para detenção de imigrantes do que no início do ano, um aumento de 91%.

Centros de Detenção

O aumento exponencial nas detenções tem piorado a qualidade dos centros de detenção, colocando em risco os imigrantes. Entre janeiro e 18 de dezembro de 2025, 30 pessoas morreram sob custódia do ICE. "Mais do que durante a pandemia de covid", comentou o estudo.

No Texas, casos de sarampo colocaram centro de detenção do ICE em quarentena em meio ao aumento de casos da doença no país norte-americano.

O estudo aponta ainda que a transferência de imigrantes para outros estados é uma prática comum.

"Famílias e adultos desaparecem em centros de detenção em um estado e reaparecem a milhares de quilômetros de distância — ou em outro país após uma deportação rápida. Embora uma onda de ações de habeas corpus tenha evitado algumas injustiças, a maioria das pessoas não tem os recursos ou a capacidade de contestar a decisão do ICE de deter", comenta a publicação do Conselho Americano de Imigração.

Guerra Ucrânia

Macron prepara diálogo com Putin, mas vê Rússia longe de acordo

de 1990 e início da década de 2000. Ele não foi acusado de irregularidades em suas interações com o falecido financista.

Os Clintons continuam altamente críticos à decisão de Comer, dizendo que ele estava trazendo política para a investigação, ao mesmo tempo em que não responsabilizava o governo Trump pelos atrasos na produção dos arquivos do Departamento de Justiça sobre Epstein.

"Eles negociaram de boa fé. Você não", disse o porta-voz dos Clinton, Angel Ureña, em resposta às ameaças de Comer na segunda-feira. "Eles lhe disseram sob juramento o que sabem, mas você não se importa."

Ainda assim, a perspectiva de uma votação aumentou a possibilidade de o Congresso usar uma de suas punições mais severas contra um ex-presidente pela primeira vez. Historicamente, o Congresso tem dado deferência aos ex-presidentes. Nenhum deles jamais foi forçado a testemunhar perante os legisladores, embora alguns o tenham feito voluntariamente.

O líder democrata na Câmara, Hakeem Jeffries, disse na segunda-feira que seu grupo teria uma discussão sobre as resoluções de desacato no final da semana, mas permaneceu evasivo sobre a possibilidade de votar contra elas.

Jeffries disse que era "totalmente contra" a punição por desacato e acusou Comer de se concentrar em retaliação política em vez de investigar o atraso na divulgação dos arquivos do caso Os democratas também afirmam que o Departamento de Justiça ainda não divulgou todo o material que possui sobre o falecido financista.

"Eles não querem um testemunho sério, querem uma farסה", disse Jeffries.